



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680213 - SC (2021/0219507-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : S DE S R (INTERNADO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de S. DE S. R. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 0002371-96.2016.8.24.0012/SC).

O paciente foi representado por suposta prática de ato infracional análogo ao delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo a representação julgada procedente a fim de impor ao paciente medida socioeducativa de liberdade assistida, o que foi mantido em sede de apelação (fls. 462-500).

Opostos embargos de declaração alegando "a omissão indireta do julgado, ao argumento de que deixou de reconhecer a prescrição da pretensão pedagógica, porquanto deveria ter sido decretada de ofício na ocasião", foram rejeitados (fls. 494-500).

A impetrante sustenta que, "no caso concreto, houve entre a data de recebimento da representação, no dia 15 de agosto de 2016, e a data da publicação da sentença, no dia 24 de janeiro de 2020, o transcurso de período superior a 1 ano e 6 meses" (fl. 7), razão pela qual teria ocorrido a prescrição da pretensão pedagógica, devendo ser extinta a medida socioeducativa imposta ao paciente.

Requer, liminarmente, seja o paciente colocado em medida socioeducativa em meio aberto até o julgamento do mérito deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para "reconhecer a prescrição do ato infracional pelo qual o paciente teve aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida" (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente